

# CPI - Orçamento O dique e o menino holandês

MÁRCIO MOREIRA ALVES

**U**ma clássica história da Holanda, país que tem mais de metade de seu território abaixo do nível do mar, protegido por diques: um menino voltava para casa à noitinha quando viu um buraco vazando. Olhou em volta e não encontrou ninguém que pudesse ajudá-lo a impedir que o buraco se alargasse. Resolveu transformar-se em dique, ele próprio, tapando o buraco com o dedo. Assim passou a noite inteira, até que o descobriram pela manhã, enregelado, mas tendo salvo a sua terra das consequências da inundação. Virou herói e a sua história passou a ser contada por toda parte, até onde os meninos jamais souberam o que seja um dique.

A CPI do Orçamento é hoje o dedo do menino holandês, segurando a enxurrada. O País inteiro vive suspenso às suas descobertas, adiando o confrontamento das crises para quando o Congresso se tiver limpado da sua escória mais fétida. Mas, como tudo tem duas caras, a CPI tem, também, o papel de dique arrombado. Começa a vincular as descobertas das tramóias de hoje com as negociações do passado, ligação que a pode tornar infundável, rompendo os limites da paciência nacional com as crises adiadas.

Há parlamentares que advogam a reabertura da CPI sobre descaminhos do governo Sarney. O Supremo Tribunal Federal determinou à Polícia Federal a retomada das investigações sobre a privatização da Vasp, abafadas em uma CPI da Câmara e paralisadas há um ano por envolver Orestes Quêrcia e Luiz An-

tonio Fleury Filho, além de vários colaboradores de Fernando Collor. O senador José Paulo Bisol assinala a possibilidade das empresas que pagaram subornos à gangue do PC Farias terem utilizado as mesmas contas fantasma e os mesmos laranjas para subornar os congressistas que manobravam o Orçamento. Caso as investigações sigam nessa linha, não tardarão a apontar megaempresários, dos tais que pesam no PIB e conseguem dezenas de milhões de dólares a juros

O subvenção dos bancos estatais. Na linha de fogo entrarão, ainda, setores do Judiciário, especialmente o Superior Tribunal de Justiça (STJ), cuja sede faraônica está sendo construída pela OAS e foi mimoseada por emendas do deputado federal Manoel Moreira.

Será que as instituições agüentam tanta honestidade?

Fora do Congresso, caminham algumas crises sérias. A equipe de Fernando Henrique Cardoso parece ter, finalmente, chegado ao consenso sobre algumas medidas destinadas a combater a inflação, a mãe de quase todas as crises. Não é provável que o consenso produza algo que faça tcham e anime a plebe ignara, incapaz de entender economês e esperançosa de um alívio imediato para os seus males. O alívio, se vier, será a conta-gotas.

No Brasil, os acadêmicos costu-

mam ter, com o tempo, uma relação parecida com a dos plantadores de florestas no hemisfério Norte — plantam para as gerações futuras. É comum um professor doutorar-se depois dos 40 anos, o que seria impensável no Primeiro Mundo. Assinalei o risco dessa lentidão ao comentar a convocação de tantos professores para a assessoria do ministro da Fazenda. Seis meses mais tarde, continuam dilacerados pelas dúvidas, afetando o tempo político e o processo de decisões empresariais. Mas o que são seis meses diante da eternidade da Universidade de Cambridge? Piero Sraffa, um dos seus mais notáveis economistas, levou 30 anos para terminar o primeiro capítulo do seu livro refutando a teoria da mais-valia de Marx.

Outra crise, que se desenha sem solução no pano de fundo político, é a provocada por interpretações judiciárias que contrariam o dispositivo constitucional que estabelece tetos para os salários que vigoram nos três Poderes. Isonomia é uma das palavras mais freqüentes nas conversas da oficialidade das Forças Armadas. O seu desrespeito é tomado como um desafio à disciplina que ainda obedecem.

No pé em que as coisas estão, todos os dedos do menino holandês podem ser poucos para segurar a inundação.

■ **Márcio Moreira Alves** sobre os trabalhos do Congresso como repórter especial